

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Concepções e diretrizes políticas para áreas;

Quando falamos de economia solidária não estamos apenas falando de geração de trabalho e renda através de empreendimentos autogestionários voltados para a ecosol. De acordo com a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, este tema precisa estar diretamente vinculado a estratégias de desenvolvimento, este, voltado a combater as desigualdades regionais, que respeite as diversidades culturais, principalmente as relacionadas aos aspectos religiosos, étnicos e de gênero, que garanta a soberania nacional e fortaleça o estado para que este cumpra seu papel de acordo com a Constituição Federal. Dessa forma, quando falarmos de uma nova economia, precisamos ter clareza de que, tanto a produção, como as mercadorias e as relações comerciais, necessariamente, deverão ser controladas pela classe trabalhadora em todos os setores econômicos, a partir de uma perspectiva autogestionária e solidária. Além disso, o consumo, deve ser compreendido dentro de uma visão de sustentabilidade humana, ambiental e econômica, respeitando a cultura, a realidade e potencialidade local e regional. Precisamos buscar respostas e propostas para as mudanças estruturais necessárias, que nos apontem a melhor forma que devem ser construídas as políticas públicas para elaboração de programas e projetos que afirmem esse desenvolvimento em áreas como: educação em todos os níveis, saúde, geração de trabalho e renda, segurança, habitação, política industrial, relações de comércio interno e externo, agricultura, ciência, pesquisa/tecnologia, comunicação, meio ambiente, assistência social e o financiamento.

A solidariedade, a democracia, a cooperação e a autogestão devem ser princípios indispensáveis na transformação da sociedade para consolidar o modelo de desenvolvimento que desejamos. Para isso, precisamos garantir a permanente discussão e práticas desses princípios na sociedade como um todo e principalmente na elaboração e execução de políticas públicas construídas com a participação popular.

As políticas públicas que almejamos devem ser incluídas, indutoras, adequadas e acessíveis a nossa realidade, ao nosso povo e ao modelo de desenvolvimento que estamos construindo através da economia solidária. A criação dessas políticas públicas, necessariamente, deverá ser construída com a participação popular para que correspondam com as necessidades da população. Nesse sentido nossos governos, em todos os níveis, têm adotado práticas que, sem dúvida, tem ampliado a participação social nos espaços de decisões, como por exemplo: o orçamento participativo, as conferências e os

conselhos¹ entre outros. Apesar disso, muitas vezes, essas práticas se restringem ao caráter consultivo e não deliberativo.

Em virtude dos amplos debates que estão sendo realizados a propósito das eleições municipais de 2008, sistematizam-se aqui algumas idéias a partir das experiências e reflexões vividas na gestão pública e compartilhadas em diferentes espaços coletivos, em particular no âmbito da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que podem contribuir para estes debates.

Estas idéias são apresentadas em forma do que poderia ser um programa de governo na área da economia solidária². São idéias que reúnem experiências diversas, de diferentes governos petistas ou de coalizão com governos do campo democrático e popular, que podem ser referências para a construção dos planos de governo para os novos mandatos. Embora organizadas dentro de uma lógica de programa, não devem ser tomadas como aplicáveis em qualquer realidade e em qualquer circunstância. É preciso traduzi-las para as diferentes realidades, especialmente levando em conta o porte dos municípios e a sua principal vocação (rural ou urbana). Trata-se de um ensaio para fomentar a discussão, não tem nenhuma pretensão de modelo.

Este texto está dividido em seis partes, que respondem à agenda posta pelo GTE 2008 do PT Nacional:

- Objetivo geral das políticas para a área
- Principais diretrizes para a área
- Ações ou programas possíveis em cada uma das áreas
- Iniciativas voltadas à integração das políticas municipais e nacionais
- Principais desafios quanto a relação união, estados e municípios
- Principais desafios quanto ao financiamento das políticas.

É importante destacar ainda que segue em anexo um texto mais geral sobre a concepção da política pública de economia solidária, elaborado pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que foi integralmente incorporado nas resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Objetivo Geral das Políticas para a Área

Contribuir para a melhoria das condições de vida, trabalho e desenvolvimento sustentável, por meio do fomento à economia solidária. Visa fortalecer as iniciativas existentes, expandir suas estratégias e direcionar também ações para outros segmentos sociais, prioritariamente para aqueles grupos em situação de desemprego, subemprego, economia popular informal, beneficiários de políticas de inclusão social e populações de áreas rurais e urbanas com índices elevados de pobreza e exclusão social.

Principais diretrizes na área

1. Fomentar relações socioeconômicas pautadas na cooperação.

¹ A Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

² Baseado em proposta apresentada ao Governo do Estado do Ceará, gestão 2007/10 como contribuição à elaboração de sua política estadual de fomento à economia solidária.

Promover, aos trabalhadores da economia solidária, a melhoria das condições de vida, renda, trabalho, produção e apropriação coletiva das riquezas produzidas pelo seu trabalho.

2. Estimular o trabalho e a produção com base na economia solidária.

Ampliar a legitimidade social da economia solidária e o direito ao trabalho e produção associada, bem como fortalecer a cultura e organização social da economia solidária.

3. Estimular a participação e controle social e a efetividade da política pública.

Contribuir para a democratização do Estado, para o fortalecimento social, a institucionalização e legitimidade da economia solidária.

2. Possibilidades de ação em âmbito municipal: governo e legislativo;

Diretriz	Programa	Projeto
Fomentar relações socioeconômicas pautadas na cooperação	Centros Públicos de Ecosol Programa público de fomento a constituição de espaços regionais ou locais de integração e implantação de políticas para o desenvolvimento da economia solidária. Os espaços são tanto físicos como políticos, no sentido de articularem diferentes iniciativas e atores governamentais, não governamentais e de representação social dos trabalhadores do segmento. a) Criar uma rede pública de suporte ao desenvolvimento socioeconômico e político organizativo da economia solidária. b) Promover a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento sustentável capaz de rearticular o social e o	Incubadoras Públicas de Ecosol Visa criar uma rede de suporte à constituição e consolidação de empreendimentos econômicos solidários, bem como a sua organização em estratégias territoriais ou setoriais de desenvolvimento.
		Pesquisa e Tecnologia para a Ecosol Visa fomentar a formação de pessoas e o desenvolvimento de conhecimento e tecnologias aplicadas ao desenvolvimento da economia solidária, em especial no âmbito das universidades públicas ou outros parceiros.
		Logística Solidária Visa criar condições favoráveis ao escoamento, distribuição e consumo dos

	econômico, reconstituir os laços sociais, a solidariedade e a cooperação nas comunidades e promover o trabalho decente e melhor qualidade de vida. c) Instituir serviços públicos continuados direcionados a garantir o direito ao trabalho e produção associados.	produtos e serviços da economia solidária, favorecendo o fortalecimento econômico dos empreendimentos, o comércio e consumo consciente, justo e solidário.
		Portal de Negócios Solidários Visa criar um serviço continuado de assessoria e acesso à informação para o fomento aos negócios da economia solidária.
		Redes Solidárias Visa promover a criação de circuitos econômicos próprios entre os empreendimentos da economia solidária, que possam fortalecê-los, e influir na dinâmica econômica dos territórios onde estão inseridos ou dos setores econômicos correspondentes.
	Finanças Solidárias Programa público de fomento, para viabilizar e implantar linhas de financiamento adequadas à economia solidária, diretamente via instituições do Governo ou em parceria com outras instituições públicas, comunitárias ou cooperativas. Visa ampliar os recursos públicos destinados ao	Linha de Crédito para a Ecosol Visa implantar uma linha de financiamento adequada à economia solidária, em particular aos investimentos nos novos negócios que demandam recursos mais vultosos.
		Instituições Comunitárias de Crédito Visa apoiar o

³ Referência à definição de Milton Santos para a economia que acontece subordinada à lógica econômica dominante, dos circuitos superiores. É a economia dos setores populares, dos pobres, dos informais.

	financiamento da economia solidária, bem como a sua acessibilidade pelos produtores, favorecendo um processo de reversão da descapitalização dos segmentos populares que atuam nos “circuitos inferiores”³ da economia e proporcionando maior dinamismo econômico aos territórios locais.	desenvolvimento das iniciativas sociais (bancos comunitários e outros) de crédito e microcrédito.
Estimular o trabalho e a produção com base na economia solidária.	Direito ao Trabalho Associado a) Apoiar atividades e estratégias de fortalecimento político-organizativo dos atores sociais da economia solidária. b) Ampliar a visibilidade, a participação de pessoas e a organização nas formas da economia solidária entre segmentos sociais desempregados, subempregados ou em situação de pobreza e exclusão social.	Comunicação, Mobilização e Organização da Ecosol Visa apoiar as iniciativas sociais de realização de atividades formativas, culturais e de organização da economia solidária; realizar campanhas comunicativas sobre a economia solidária; e, sensibilizar e organizar a demanda social para a política pública de economia solidária.
		Leis e Normatizações da Ecosol Visam incorporar, no âmbito da regulação pública, o reconhecimento dos atores sociais da economia solidária e o atendimento de suas demandas por políticas públicas.
Estimular a participação e controle social bem como a efetividade da	Gestão Pública para a Ecosol a) Garantir a participação e controle social na política pública de economia	Criar um conselho próprio ou integrar a Ecosol a um Conselho Municipal afim Visa estabelecer um espaço

política pública.	solidária. b) Viabilizar recursos humanos, físicos, materiais, econômicos, financeiros e administrativos que possibilitem a implantação da política. c) Permitir maior desempenho e transparência à política pública de economia solidária.	público formal para a participação e controle social acerca da política de economia solidária.
		Formação de Gestores Visa capacitar gestores públicos para a implantação de políticas públicas de economia solidária.
		Informação para a Ecosol Visa fomentar a realização de estudos, pesquisas e produção de informação que orientem e favoreçam o desenvolvimento da economia solidária.
		Fluxos Administrativos e de Inter-relacionamentos Visa estabelecer fluxos administrativos e de inter-relacionamentos entre órgãos do governo e entes federados, que facilitem o encaminhamento dos processos da economia solidária, garantindo eficiência, eficácia e efetividade.
		Captação de Recursos para a Ecosol Visa ampliar e diversificar os recursos para financiamento da política de ecosol e diretamente da economia solidária.

Iniciativas voltadas à integração das políticas municipais e nacionais

As políticas locais de economia solidária podem perfeitamente estar integradas às políticas de trabalho e emprego; de educação e formação profissional; de inclusão social; de agricultura e desenvolvimento agrário; de desenvolvimento urbano, etc. Depende dos planos de governo em cada área. Por exemplo:

- Quando o município operar o sistema público de emprego, trabalho e renda conveniado com o MTE é possível integrar as ações de economia solidária com as ações previstas nos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda (ver experiência de Santo André e Osasco).
- Os investimentos públicos em saneamento e habitação podem ser pensados articulados com o fomento a atividades econômicas solidárias nos locais dos investimentos, inclusive como forma de garantir a geração de renda posterior aos processos de urbanização (ver experiência de Santo André/SP, Veranópolis/RS, São Leopoldo / RS).
- As políticas de transferência de renda podem ser articuladas ao fomento à economia solidária, como estratégia emancipatória (ver experiência de Osasco / SP e Londrina / PR).
- Também as políticas de fomento à agricultura familiar e territórios da cidadania são passíveis de integração.

Principais desafios quanto a relação união, estados e municípios

- Aprofundar a relação federativa pautada na cooperação e não na competição. A baixa percepção de muitos órgãos federais e estaduais do papel federativo que desempenham e podem desempenhar os municípios nas políticas de desenvolvimento socioeconômico é um elemento forte de enfraquecimento da integração.
- Integrar as políticas e fortalecer a participação social. A setorialização das políticas cria uma série de dificuldades à integração, já que os recursos costumam ser definidos em conselhos próprios e com base em prioridades de cada área. Quando chega ao âmbito municipal a pulverização continua e fica difícil somar esforços. É preciso construir a integração dos conselhos nos vários níveis da federação, sem enfraquecer a participação social.
- Criar mecanismos mais eficientes de repasse de recursos para os municípios. Quando o repasse dos recursos federais é com base em convênios, com a administração direta ou indireta, cria descontinuidade nos serviços. É preciso encontrar soluções que evitem a descontinuidade.
- Ampliar os recursos federais destinados à economia solidária. No caso específico da economia solidária, os recursos federais destinados à SENAES são poucos, o que dificulta pensar uma política integrada com os municípios.

- Política de governo que não vira lei não se estabiliza. É fundamental evoluir na elaboração de uma legislação federal, estadual e municipal que favoreça a constituição de um sistema próprio ou integrado a outros sistemas de fomento à economia solidária.

3. Possibilidade de Financiamento para a área;

Os municípios têm recursos próprios muito limitados para investir em novas políticas. Em todo o caso sempre existe uma margem, mas que precisa ser disputada com um conjunto de outras prioridades de governo. Quanto mais a economia solidária conseguir se apresentar como uma estratégia relevante socialmente, mais legítima se torna sua demanda e o investimento em ações voltadas a este campo. Por isso que a capacidade de integrar-se com as políticas de trabalho, de desenvolvimento urbano, de desenvolvimento social e de desenvolvimento rural são fundamentais. E esta estratégia de integração não representa um ferimento em sua identidade, pois a transversalidade é característica de sua natureza.

Também é necessário construir ou aprofundar com o governo federal linhas específicas de fomento à economia solidária no âmbito dos Fundos Públicos (C&T, FAT e outros).

A superação dos desafios postos no item anterior também ajuda a melhorar o financiamento das políticas.

Propostas para o Programa de ação em governos municipais:

1. Criação da Secretaria Municipal de Economia Solidária, com capacidade de por em prática as políticas para o setor, articulando as iniciativas de cunho transversal no âmbito dos municípios nos seguintes aspectos: comercialização e redes de produção, microfinanças, centros públicos de economia solidária, programa regional de feiras, assistência técnica e gerencial, compras governamentais, desenvolvimento local, entre outros.
2. Criação de um Fundo de Geração de Emprego e Renda, alimentado com recursos orçamentários e de repasses oriundos dos convênios com os governos estadual e federal;
3. Estabelecer parcerias com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada para viabilizar os projetos de geração de trabalho e renda no âmbito da Economia Solidária;
4. Criação do Conselho Municipal de Economia Solidária, reunindo os diversos protagonistas do setor (empreendedores, sindicatos, movimentos populares, gestores, assessores etc.), para definir as linhas políticas e as estratégias do governo municipal para esse ramo da economia local;

5. Implantação de um Projeto de Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, com a atuação de agentes espalhados por todo o município, impulsionando a economia solidária nos mais variados ramos da economia, com base na vocação da cidade ou região, incluindo a formação de grupos de preservação do meio-ambiente e de estímulo à prática do esporte e lazer e do desenvolvimento da cultura;
6. Apoiar e fomentar os grupos e associações produtivas e de prestação de serviços existentes – sejam eles formais ou informais, buscando a legalização destes últimos – impulsionando a formação de mais dezenas, centenas e até milhares desses grupos, abarcando tanto a área urbana do município, como a rural;
7. Estimular a agregação desses grupos solidários – associações, cooperativas, etc – para a formação de “empresas comunitárias” abarcando os diferentes ramos de atividade, montando as respectivas cadeias produtivas seja na área rural ou na urbana (agricultura familiar, construção civil, alimentação, vestuário, artesanato, etc)
8. Construção de “Mercados Populares e Solidários”, com a função de “centros públicos de economia solidária” com estrutura necessária para a venda, depósito, formação e qualificação e estrutura de deslocamento para feiras descentralizadas;
9. Criação do Banco Comunitário (com tantas agências quantas forem demandadas), com atribuições específicas de atender famílias com renda de até 3 salários mínimos, priorizando os grupos e associações solidárias, adotando o “aval solidário” e focando suas ações nos fundos solidários, no microcrédito, no desenvolvimento local, no comércio justo e na moeda social;
10. Implantar programas de formação e qualificação no campo da economia solidária, em parceria as universidades da região, com o SENAI e o SENAC
11. Implantar, em parceria com os governos estadual e federal, um novo marco legal que favoreça a participação da economia solidária nos programas de compras governamentais, nas licitações públicas, na regulamentação das cooperativas de trabalho, combatendo as cooperativas fraudulentas e criando de um sistema de certificação dos produtos e serviços da economia solidária;
12. Desenvolver programas e ações específicas de formação de grupos e associações da economia solidária voltados para a juventude, em parceria com as escolas de ensino fundamental e médio e de curso superior. Implantar programas específicos para jovens em situação de risco, bem como para os Portadores de Deficiência e para população carcerária ou egressa de presídios.

13. Estabelecer parcerias com as prefeituras da mesma região a fim de apoiar e fomentar, de forma consorciada, projetos econômicos e solidários. Implantar um programa de feiras de economia solidária na região, para a comercialização e divulgação dos produtos, multiplicando os espaços de comercialização, reduzindo a ação de intermediários; essas feiras também podem ser espaços de divulgação da cultura da autêntica cultura popular;